

Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva

Daniel Cefai

Directeur d'études da École des Hautes Études en Sciences Sociales (Paris)

Traduzido por: **Bruno Cardoso**

Este artigo analisa a pertinência de pesquisas “pragmáticas” feitas na França desde os anos 1980 e de ideias do pragmatismo americano para uma sociologia das mobilizações coletivas, a partir de quatro pontos: 1) O desenvolvimento de uma sociologia dos regimes de ação e de procedimentos hermenêuticos; 2) A reativação da noção de “público”; 3) A concepção das redes e das organizações como arenas de experiência e de ação; 4) O enriquecimento da abordagem instrumental da cultura por uma concepção centrada na formação de experiências individuais e coletivas.

Palavras-chave: pragmatismo, mobilizações coletivas, Escola de Chicago, sociologia francesa, público

This paper investigates the relevance of “pragmatic” studies conducted in France since the 1980s and of American pragmatist ideas regarding the sociology of collective movements based on four points: 1) the development of a sociology of regimes of action and hermeneutic procedures; 2) the revival of the notion of the “public”; 3) the conception of networks and organizations as arenas of experience and action; 4) the development of the instrumental approach to culture via a conception centered on the formation of individual and collective experiences.

Keywords: pragmatism, collective mobilizations, Chicago School, French sociology, public

Como nos mobilizamos? Nossa hipótese neste texto será mostrar que a gênese de novas perspectivas em ciências sociais na França desde os anos 1980 permite reformular certo número de questões no âmbito da sociologia das mobilizações coletivas. Ela se apoia na multiplicidade de experimentações ocorridas: economia das convenções, gramática da justificação e sociologia dos regimes de engajamento, antropologia das ciências e da técnica e antropologia dos atores-rede, ciências cognitivas, pesquisa pragmatista sobre os públicos, etnometodologia, análise conversacional, hermenêutica narrativa...¹ Por mais divergentes que tenham sido essas experimentações – que foram rápido demais reunidas sob o título de sociologia “pragmática” ou “praxeológica” – todas participaram de uma refundação – controversa – das ciências sociais na França. Curiosamente, a sociologia dos movimentos sociais se manteve pouco receptiva a esse movimento.

Recebido em: 06/10/08

Aprovado em: 18/02/09

1 Das quais encontramos bom eco nos lançamentos anuais da coleção *Raisons Pratiques*, das Éditions de l'École de Hautes Études en Sciences Sociales.

Nosso objetivo não é ser exaustivo no recenseamento dessas opções teóricas e empíricas: o percurso aqui apresentado é pessoal, outros são possíveis. E seria impossível explorar todos em um artigo. Assim sendo, no máximo indicaremos um itinerário de leitura. O leitor notará, em todo caso, o lugar central que ocupa a herança pragmatista, em particular a de John Dewey, mas também a de William James ou de George Herbert Mead, com, ao fundo, ressonâncias fenomenológicas. Esse diálogo, que conduz a reelaborar os temas da experiência e da situação, de um lado, e do coletivo e do público, de outro, não é partilhado por todos os autores que reivindicam uma abordagem “pragmática” ou “praxeológica”. Nosso objetivo, então, será lançar algumas questões aos modelos da ação, da organização e da cultura da ação coletiva, tal como são elaborados, de modo predominante nas ciências sociais e políticas, expondo-os ao olhar desse corpus de literatura, francófona essencialmente, que emergiu nos anos 1980 indo, aqui e ali, buscar na herança pragmatista novas perspectivas de questionamento.

Estudar diferentes modalidades de engajamento situado

As teorias da ação racional e da mobilização dos recursos colonizaram profundamente o modo de pensar dos sociólogos da ação coletiva. Isso se deu, aliás, em uma versão bem pobre dessas abordagens, que tendia a reduzir todas as iniciativas de mobilização coletiva a cálculos de interesse, material ou simbólico. Recursos, coerções e oportunidades foram transformados em parâmetros que os atores manipulam para maximizar a utilidade, a eficácia e a rentabilidade de suas ações. Entretanto, é preciso que tenhamos cuidado para não sermos simplistas: os modelos que analisam os dilemas da ação coletiva, de Coleman a Axelrod, de Lichbach a Heckathorn, têm força explicativa para certo número de situações concretas. Mas em todo caso, quem triunfou e colonizou essa literatura foi a retórica da economia, do empreendimento e do empreendedor, da estratégia de rentabilização de interesses predeterminados e de capitais disponíveis.

Deste ponto de vista, o que aprendemos com as novas sociologias da ação?

a) Progressivamente, o repertório de modelizações da ação foi sendo enriquecido. Outros modos de engajamento, formas de experiência e regimes de ação se impuseram à pesquisa. Após sua ruptura com Alain Touraine, para quem a questão da cultura e da identidade dos Novos Movimentos Sociais (NMS) era central, Louis Quéré garimpou os arredores do agir comunicacional de Habermas (1987) (que havia, ele próprio, se inspirado, dentre outros, em Mead), trabalhou sobre a semântica e a hermenêutica da ação, segundo Ricœur (1977, 1986), e sobre os procedimentos de categorização dos etnometodólogos (GARFINKEL, 2007 [1967]). Levamos em conta quer as condições de uma deliberação pública visando atingir soluções razoáveis, quer as atividades de configuração narrativa das ações, quer ainda as atividades dos membros para coproduzir um sentido situado, estamos diante claramente de maneiras de fazer referência à realidade e de modelar racionalidades e legitimidades que as sociologias da ação coletiva pouco levaram em conta – senão recentemente, em tentativas de recruzamento com as abordagens da democracia deliberativa. E numerosos debates sobre a ação, tomando emprestado tanto de Wittgenstein quanto de Davidson, de Von Wright a Apel, estavam a pleno vapor na França no fim dos anos 1980. Essa retomada das questões da filosofia analítica e da filosofia prática impulsionou diferentes programas de sociologia moral, como, por exemplo, no Centre de Sociologie de l'Étique, de Pharo (1985), que se interrogava sobre a lógica deôntica das ações – sua qualificação em termos de interdição, facultatividade, autorização e obrigatoriedade – conduzindo a formas de desaprovação, de denúncia, de reivindicação e de mobilização, ou seja, à *emergência de um senso cívico*². Quéré, no Centre d'Étude des Mouvements Sociaux, mantinha distância da noção de movimento social e louvava uma praxeologia da opinião pública (1990), juntando-se logo à interrogação de Descombes sobre os coletivos e rearticulando a pesquisa sobre as mobilizações em torno da *experiência de problemas públicos*.

2 No original, "sens civique". Em francês, a ambiguidade do termo "sens" é mais gritante que em português: ele claramente alude a "sentido" (semiológico) e "senso" (como uma faculdade cognitiva). Traduzimos o termo com esta última forma, mas é primordial ter em mente a dimensão semiótica do termo (uma vez que o que está em jogo é também uma discussão sobre linguagem). (N.E.)

b) Por outro lado, Luc Boltanski e Laurent Thévenot fundam em 1985 o Groupe de Sociologie Politique et Morale (GSPM). Seus esforços se concentram em um projeto de investigação gramatical das formas de justificação, de denúncia ou de reivindicação em público (BOLTANSKI, 1984). O livro *De la Justification* (1991) propõe uma sociologia das provas e fornece ferramentas de descrição e análise das ações em público. Sua tipologia das cidades – doméstica, industrial, mercantil, cívica, da inspiração e da opinião – foi criticada porque engessaria a indeterminação das situações em uma armadura estrutural e que se prestaria a usos dogmáticos. Contudo, mais do que se deter em uma tipologia das cidades, a obra convida a investigar os momentos de prova, nos quais é tornada sensível a complexidade dos contextos de experiência e de ação. Nesses momentos de tensão, de conflito ou de crise em torno de situações problemáticas, operações de ajuste a uma realidade e de coordenação das tarefas se põem a nu e podem ser vistas. Nessa perspectiva, os atores não obedecem a uma lógica da ação: em suas operações de apreciação e de julgamento sobre a “ação que convém” (THÉVENOT, 1990), agem em “vários mundos” (DODIER, 1991), que se esbarram ou se compõem uns com os outros. Eles o fazem encontrando apoios pragmáticos (DODIER, 1993) em seu ambiente, a fim de agir de modo pertinente, coerente e consequente. Corcuff (1991) aplicou essa perspectiva em uma pesquisa sobre o sindicalismo ferroviário.

c) A questão de base não recai mais sobre os “determinantes estruturais” e os “cálculos racionais” da ação: substitui a platitude da ação instrumental por arquiteturas complexas da situação, da pessoa e do coletivo. O pluralismo de ordens normativas no regime de justiça foi reforçado por um pluralismo de regimes de ação: o regime de justiça (que funda uma política justificada) caminha, em *L'Action au Pluriel*, de Thévenot (2006), ao lado de um regime de ação familiar (que funda uma política do próximo) e um regime de ação planejada (que funda uma política racional). Os pesquisadores do GSPM exploraram outros regimes de experiência e de ação – o da compaixão na mediação do humanitário, as de situações-limite, sem justificação, da *ágape*, do amor e da paz entre pessoas singulares ou, do lado oposto do espectro, da relação de forças e da lei do mais forte, como explorados por Boltanski (1990, 1993) e Boltanski e Chia-

pello (1999). Por outro lado, os orientandos de Thévenot se engajaram em uma pesquisa sobre as “políticas do próximo”, reabilitando formas de engajamento familiar no mundo, com frequência desacreditadas na França em nome do interesse geral (TROM, 1999; ION, 2001) – questionando a concepção republicana da cidadania. Como as ligações que chamamos “familiares”, “pessoais” ou “íntimas” contribuem a “fazer o comum” e a “fazer o público”? Além do trabalho inovador de Stavo-Debauge sobre as categorizações étnicas, escreveram teses esclarecedoras, deste ponto de vista, Auray (2002) sobre o hacktivismo e o movimento do *software* livre, Doidy (2002) sobre o conflito de planejamento em torno do túnel do Somport e sobre a Droit au Logement, uma associação de defesa dos moradores de rua. Lafaye (1996, 2001) propôs um papel de síntese entre os embasamentos de proximidade e as contestações da ação pública.

Heterogeneidade dos regimes de ação que enriquece as teses da determinação estrutural e da escolha racional. Os atores não são mais apenas marionetes movidas por condições objetivas às quais obedecem, não são mais somente pequenos demiurgos que calculam, em termos de rentabilidade ou de produtividade. Eles são confrontados a mundos, dos quais provam a realidade e a justiça em relação a suas maneiras de se engajar, são submetidos a coerções ecológicas fortes, mesmo dispondo de uma margem de manobra que lhes confere alguma liberdade. E, sobretudo, dispõem de uma *capacidade de julgamento estético, moral e político* – para um panorama do GSPM, ver Pattaroni (2001, 2005). Sua pesquisa é imediatamente receptiva aos engajamentos de dever, de responsabilidade e de solidariedade, às preocupações de si e do outro e aos ideais de “bem-viver juntos” em jogo nas ações coletivas – assim como aos “imperativos de justificação” da ação em público (PHARO, 1985; QUÉRÉ, 1990; BOLTANSKI e THÉVENOT, 1991).

Introduzir a questão do “público” em contraponto à de processo político

A retomada da perspectiva pragmatista veio se inserir nessas interrogações, ao menos por quatro razões. Realmente encontramos na obra de James, Mead e Dewey concepções

fortes da experiência e da ação. Eles tentaram elaborar uma reflexão que partisse da experiência em cada uma das situações e não de modelos intelectuais. Mead e Dewey nunca dissociaram a problematização da ação de uma reflexão sobre seus engajamentos cívicos e políticos, e este último forjou um conceito de público que retornou recentemente ao centro dos debates (ZASK, 2003; CEFAÏ e PASQUIER, 2003; STAVO-DEBAUGE e TROM, 2004; LATOUR, 2008). Se nos ativermos a este último ponto, aliás, a questão do público levanta problemas que estão ausentes das teorias do processo político.

a) Um procedimento pragmatista se situa em um registro diferente daquele do processo político. Em vez de apresentar uma visão de simples exterioridade em relação ao que descreve, ele acompanha as “experiências” e as “perspectivas” dos atores. Se inspirando na herança de Park, Mead e Dewey, parte da ideia de que uma dinâmica de mobilização coletiva é um processo de codefinição e de codomínio de situações problemáticas. O desafio é descrever a mutação das experiências coletivas e dos meios institucionais, fazendo-os emergir das atividades enquanto estas se realizam. Como a trajetória de um problema público ordena um horizonte de engajamentos, de preocupações, de sensibilizações e de mobilizações em seu entorno? Que processos de associação, de cooperação e de comunicação se constituem em torno desse problema público? Que montagens institucionais, jurídicas e políticas vão eventualmente dar uma solução a ele? Como as arenas públicas se articulam ao redor de dinâmicas de constituição de problemas públicos, das quais participam as mobilizações coletivas? A questão é menos a do “público e seus problemas” que do “problema e de seus públicos”³. Nesses processos de publicização, os indivíduos são com frequência separados dos papéis, dos estatutos, das opiniões e das convicções que normalmente têm: as lógicas de ação ultrapassam os mercados, os campos ou os setores em que estão geralmente contidas, passando por cima de suas fronteiras, por meio de um fenômeno que as teorias do comportamento coletivo qualificavam de contágio ou propagação. Mais do que ser coagido por estruturas de oportunidade política, o público redefine o horizonte de possíveis. É o que chamamos uma “arena pública” (CEFAÏ, 2002).

3 Essa formulação se deve a uma conversa com Louis Quéré e Cedric Terzi.

b) Essas questões desembocam em uma nova: o que é político e o que não é? Um procedimento pragmatista se parece muito com a definição dada por McAdam, Tarrow e Tilly (2001, p. 5) ou Tilly (2003) de “política conflituosa” ou “contenciosa” (*contentious politics*)⁴. O horizonte do viver-junto e do bem-viver-junto não para de se reconfigurar ao se confrontar com atos de resistência, protesto, desobediência e crítica, de denúncia e reivindicação, ou simplesmente, sem carregar necessariamente essa valência negativa, de investigação, experimentação, cooperação e inovação. As fronteiras do que é “político” e do que não é são incessantemente deslocadas – em particular as do “pessoal” e do “político”. Por outro lado, o reconhecimento de uma multiplicidade de “esferas de justiça” por Walzer havia encontrado um prolongamento na tipologia das cidades de Boltanski e Thévenot (1991): descobria-se que múltiplas gramáticas de justificação poderiam ser compostas em reivindicações coletivas, algumas *a priori* antitéticas a um regime cívico-republicano. Desde então, alguns programas de pesquisa, que recorreram tanto à fenomenologia quanto ao pragmatismo – sobre as políticas do próximo (THÉVENOT e BREVIGLIERI, 2010), sobre a estetização dos espaços públicos (LOLIVE, 2006) ou sobre a militância dos experts naturalistas (MICOUD, 2007) – mostraram como as ações coletivas, articuladas em torno de engajamentos tocantes à sensibilidade, desenham de maneira nova figuras da *res publica*. Em outra linha, aprofundando as ecopolíticas, que põem o meio ambiente no centro das políticas públicas, indo até o limite da simetria entre humanos e não humanos, as “cosmopolíticas” de Latour (1999) repatriaram a natureza no coração da pólis. Temos aqui uma multiplicidade de temáticas, em que todas fazem eco a formas emergentes de experiência do político.

c) No mesmo movimento, o poder não é entendido somente como relação de dominação e de subordinação, nem de normalização e de resistência. É também entendido como potência de instituição de capacidades e de direitos (do lado do Estado) e como potência de agir em acordo (do lado do público). Os dispositivos de ação pública (TROM e LABORIER, 2003), por exemplo, não encerram apenas os “sujeitos” em dispositivos de assu-

4 A política contestatória consiste em uma atividade de reivindicação, coletiva e pública, em um processo do qual uma das partes é necessariamente o Estado – definido como uma organização “que exerce o controle sobre a mais forte concentração de meios de coerção em um território”.

jeitamento, de disciplina, de controle e de normalização. Eles instauram novos direitos e delegam novos poderes, corrigem e reparam injustiças de tratamento, trabalhando para restituir a cada um chances igualitárias de êxito. A *potestas in populo*, que Hannah Arendt (1972) identificou nas mobilizações do movimento dos direitos civis, esse exercício de um poder coletivo, que subverte os ambientes técnicos, jurídicos, institucionais e políticos, se reforça de uma forma de *empowerment*, capacitação feita da autonomia, do acesso à dignidade e à responsabilidade e da retomada do controle sobre sua própria vida (DE MUNCK e ZIMMERMANN, 2009). As investigações de Barbot (2002) sobre as associações de luta contra a AIDS ou de Callon e Rabeharisoa (1999) sobre a Associação Francesa contra as Miopatias, mostraram como o estatuto do paciente e a experiência da doença se transformaram ao longo dessas mobilizações coletivas. As experimentações dos fóruns híbridos, ainda que nem sempre digam respeito ao campo decisório, se articulam com frequência com empreendimentos associativos e restituem aos cidadãos uma parte de deliberação até então reservada aos eleitos e aos experts (CALLON, LASCOUMES e BARTHE, 2001). Claro que nem tudo são flores, e algumas manifestações, sem chegar a defender causas antidemocráticas, podem conduzir a formas de bloqueio das instituições democráticas e minar os mecanismos de regulação ou de representação (ROSANVALLON, 2006). Temos então, em todo caso, certo número de elementos que impõem a transformação das teses dominantes sobre o processo político.

Aprender as redes e as organizações como contextos de experiência e de ação se realizando

As organizações de movimentos sociais durante muito tempo foram tratadas como “infraestruturas materiais de mobilização”, máquinas de guerra mais ou menos eficazes contra o adversário, ou jazidas de capital social para se investir e rentabilizar. Essa visão se complexificou com o tempo. Elas são também meios de sociabilidade, nos quais emergem ocasiões de encontro que moldam as for-

mas de coexistência. São agenciamentos de objetos, normas e pessoas que ordenam o que os membros podem fazer, ver ou dizer. Elas constituem conjunturas práticos-sensíveis, que fixam hábitos de cooperação e de conflito e que fornecem parâmetros de experiência cognitiva e normativa⁵. Elas são indissociavelmente vetores de concentração de capitais materiais e humanos, incubadoras de redes de ativistas, chocadeira de empreendimentos de militância, geradores de energia simbólica, instâncias de representação coletiva. Certo número de trabalhos nesse âmbito de estudo pode se posto em diálogo com uma abordagem mais pragmática e pragmatista.

Podemos inicialmente pensar as organizações como reagrupamentos, mais ou menos fluidos, em torno de situações problemáticas a serem resolvidas, que põem em jogo uma “experiência criadora” – uma ideia antecipada por pragmatistas como Follett em *The New State* (1998). Tentando encontrar soluções, ao longo do tempo, elas se transformam internamente ou transformam seu ambiente. É possível que busquem nos “repertórios de formas organizacionais disponíveis” e se inspirem para criar um novo tipo, como Clemens (1997) mostrou em relação às *suffragettes*, que hesitaram entre as opções do clube, do *parlor meeting*, da *charitable society* e do partido político. Elas experimentam esquemas de circulação de informações, de repartição de poderes e de divisão de tarefas, de cooperação entre operadoras, de distribuição de direitos e concentração de decisões. Mas, ao fazerem essas escolhas organizacionais, determinam imediatamente os tipos de experiências e reivindicações, de alianças e conflitos, de tip de ações e margens de manobra que terão. Era o que acontecia com a aplicação prática de princípios de democracia participativa pelas organizações da *new left* nos anos 1960, estudadas por Poletta (2002). As organizações, por sinal, têm cada vez mais o estatuto de nós de “redes de interações informais entre uma pluralidade de indivíduos, de grupos ou associações, envolvidos em um conflito cultural ou político, e partilhando uma identidade coletiva” (DIANI, 1992, p. 13). Friedberg (1992) propôs falar de “ações organizadas”, resultantes instáveis de interações tomadas em uma “ordem local”, cujos membros, que perseguem finalidades não necessariamente compatíveis, veem-se em situações de

5 Ver, por exemplo, o conceito de “estilos de grupo” de Eliasoph e Lichterman (2003) e Lichterman (2005), que acentuou as “atividades de fazer sentido” (*meaning-making activities*). Ele dá conta de uma “cultura” em ação e em interação – cujas normas discursivas, as ligações internas e as fronteiras externas estão sempre se fazendo – e que permite reconhecer maneiras típicas de compreender, interagir ou comunicar.

tensão entre objetivos intermediários e últimos, entre grandezas de escala territorial ou temporal ou entre segmentos locais, étnicos ou profissionais. Nessas “ações organizadas”, entrelaçam-se diversos processos de coordenação e de competição em torno de fórmulas estratégicas e de convenções coletivas (ORLÉAN, 1994), e se compõem regimes de engajamento, racionalidades e legitimidades múltiplas (THÉVE-NOT, 1993, 2006).

Outra ideia, defendida inicialmente por Gusfield (1981), na tradição de Park e Blumer, é que essas organizações devem ser ressituidas em ambientes “fluidos” e “difusos”, feitos de encadeamentos de interação entre contextos de experiência, engendrando imperceptíveis mutações da moralidade e das crenças, e não apenas em torno dos eixos “lineares” de estratégias organizacionais, orientadas para seus objetivos e medindo sucesso e fracasso da eficácia de seus golpes. A modelização das organizações de movimentos sociais como empresas, operando no mercado da reivindicação social, tinha negligenciado as pesquisas sobre o comportamento coletivo – correntes de opinião, modas ou rumores – aos quais Gusfield se refere. Mais uma vez, essas ideias acabaram triunfando, contra as resistências das abordagens estruturais e racionais. A análise de redes transformou a visão que tínhamos das “estruturas de mobilização” e abriu caminhos para explorar esses processos de difusão. Desde os anos 1970, era diagnosticado que certos movimentos sociais não estavam mais tão encerrados em organizações centralizadas e hierarquizadas, que se tornavam reticulares, acéfalas ou policentradas. Melucci (1996) prosseguiu nos anos 1980: as mutações das “áreas de movimento” mostravam a interferência das identidades coletivas e a desafeição às organizações militantes em um mundo pós-moderno. Ele decifrava os “desafios simbólicos” como “códigos culturais” que, segundo dizia, fundavam uma outra política, mais centrada em apostas da vida cotidiana e nos “jogos do si”. Poderíamos ler os trabalhos mais recentes de Ion (2001) sobre o engajamento “distanciado” ou “libertado”, ou aqueles de Boltanski e Chiapello (1999) sobre a “crítica estética” em um mundo connexionista, como um eco longínquo dessas perspectivas e em ruptura com elas.

Uma via interessante para uma abordagem pragmatis-
ta é a tomada por Mische (2008), que parece responder à
crítica relacional e cultural da análise estrutural das redes
de Emirbayer e Goodwin (1994). Mische dá corpo a uma
visão deweyana dos públicos. As redes sobre as quais ela
pesquisou se reconfiguram por meio de rupturas em equi-
líbrios situacionais. Elas podem ser abaladas por eventos
que venham desfazer e refazer as ligações que as compõem;
reformam-se em torno de dinâmicas de definição e reso-
lução de situações problemáticas. Mische mostrou, em sua
pesquisa sobre as redes de organização quando das lutas
pelo *impeachment* de Collor de Mello em 1992, no Bra-
sil, como as frentes de aliança e de oposição não cessaram
de se decompor e se recompor. Esses atores coligados em
“públicos partidários” devem responder aos desafios de
seus adversários, a suas estratégias de desestabilização e de
divisão, contestar as operações de contrainformação, de
crítica ou de descrédito que neles miram. Eles devem en-
frentar insatisfações da base, retificar o tiro após inversões
de aliança e antecipar as consequências de suas escolhas
estratégicas. Devem se inteirar de relatórios de pesquisa
que mudam a definição da situação, romper ou reforçar os
laços em função da capacidade de seus porta-vozes de estar
na mesma frequência, conseguir surfar em uma onda de
simpatia inesperada que dá a partida em sua ação. Devem
ainda produzir plataformas programáticas que permitam
que atores tão diferentes quanto clubes de patrões,
associações de estudantes, sindicatos marxistas ou co-
ordenações católicas, participem... As configurações de
tomadas de posição públicas passam por operações de
“separação” dos atores de suas redes de “posições” e pela
remodelagem de suas paisagens organizacionais, que se
temporalizam correlativamente aos debates que fixam
as linhas reivindicativas e aos eventos que sem cessar
abalaram essas redes anti-Collor.

Temos já aqui um belo conjunto de questões, saídas
desses âmbitos tão inovadores que são a sociologia das or-
ganizações e a análise de redes – não insistiremos em suas
afinidades possíveis com uma teoria do “público”. Mas o
que as novas sociologias da ação trouxeram de novo sobre
essas questões? Vamos enunciar três pontos.

a) Organizações e redes preexistem à ação coletiva e são componentes do agenciamento que as caracteriza. O conceito de “agenciamento” é importante aqui. A ação coletiva é vertebrada pelos agenciamentos comportando pessoas e objetos, ferramentas e falas, rituais e símbolos; ela é armada por rotinas e hábitos, ordenada por divisões do trabalho, repartições de poder e distribuições do saber, fixadas em ambientes de objetos, dispositivos sociotécnicos e circuitos operacionais. Não podemos, então, ater-nos a análises em termos de consenso das representações (a harmonia de convicções ideológicas), de congruência das motivações (a compatibilidade entre fatores psicológicos de mobilização) ou de agregação de engajamentos (a sincronia de intenções estratégicas) para dar conta da constituição de coletivos. Desse ponto de vista, a contribuição das ciências cognitivas a respeito do lugar dos objetos (DODIER, 1995; CONEIN e THÉVENOT, 1997) aperfeiçoou o questionamento pela filosofia a respeito do lugar desmesurado conferido aos sujeitos, indivíduos e coletivos. A ação coletiva é também afetada por seus agenciamentos. A noção de agenciamento é particularmente atuante nas mobilizações sociotécnicas. As redes de vigília e alerta descritas por Chateauraynaud e Torny (1999) são integralmente atuantes, e emergem e se estabilizam por meio de processos de definição e de resolução de situações problemáticas, como os riscos de terremoto ou de inundação. As *coquilles Saint-Jacques*⁶, os pescadores e os cientistas estudados por Callon (1985) cooperam em estratégias de mobilização, visando o desenvolvimento econômico na baía de Saint-Brieuc. Os *hacktivistes* de Auray (2002) fomentam subversões técnicas, éticas e políticas, colaborando em comunidades virtuais com seus equipamentos e *softwares*. A “inteligência cooperativa”, como dizia Dewey (2003), é o que sustenta, distribui e configura a experiência dos atores, o que comanda também as modalidades de engajamento na ação coletiva e o que pereniza as invenções e emergências da vida dos públicos.

b) Em segundo lugar, da mesma forma que falamos de navegação por regimes de ação e de justificação, podemos explorar a *navegação por tramas reticulares ou montagens organizacionais*, em determinada situação. Os “coletivos” são “embaralhados”, “compósitos”, “híbridos” ou “mistos” (THÉVENOT, 1993 e 2006; DODIER, 1991 e 1993; LAFAYE,

6 Moluscos utilizados na alimentação, em especial na culinária francesa, na qual têm lugar de destaque. Em português também são conhecidos como vieiras. (N.T.)

1996; DUPUY e LIVET, 1997). Sem dúvida, eles funcionam de modos que podem ser familiares, empresariais, burocráticos, étnico-religiosos ou cívicos... e podem ainda se relacionar a outros princípios, éticos e políticos, de organização. Inúmeras dinâmicas de ação se entrelaçam, dependendo de se um “coletivo” age como uma *empresa lucrativa* em um mercado de bens e serviços, engajado em uma competição pelo lucro, a depender de uma clientela de compradores; ou como uma *agência pública*, obedecendo a regras institucionais, legais, estatísticas e administrativas, trabalhando para o bem-estar de seus usuários. Esse “coletivo” pode ainda desempenhar o ofício de *meio de sociabilidade*, produzindo o *entre-si*, facilitando os encontros, catalisando as simpatias e garantindo as solidariedades, forjando experiências comuns que podem ir até a “comunidade de destino”. Pode talhar a vida cotidiana de rituais, comandar a eleição de afinidades, a representação de si, as relações com os outros e os lugares de vida e ditar o que é bom ou ruim de se dizer, em que se acreditar e a se fazer. Esse “coletivo” pode, enfim, se transformar em *pseudo ou criptopartido*, assegurando a lealdade dos eleitos, infiltrando alguém em uma legenda existente ou fundando seu próprio grupamento político; ou ainda, pode pretender encarnar uma inspiração divina, defender a verdadeira religião, perseguir o cumprimento de uma profecia, agregar fiéis entusiasmados por uma promessa de salvação, em nome de uma teologia da contestação ou da prosperidade, e fundar uma nova *igreja*. Contudo, mais do que fixar tipologias de organizações, um procedimento pragmático ou praxeológico centralizará o trabalho descritivo e analítico em modalidades de engajamento em situações. Ele mostrará, por exemplo, como algumas frações do movimento evangélico no Brasil ou islâmico na França se “compõem” entre diferentes regimes de ação, segregando seus públicos, mantendo linguagens duplas ou triplas, gerando tensões no seio de seu pessoal e assegurando equilíbrio entre meios e finalidades... A pragmática dos regimes de ação é uma incitação a desenvolver o esforço de descrever e analisar, em situação, a grande confusão de lógicas de racionalidade e de legitimidade que se imbricam em seus cursos de ação, e de decifrar os modos de organização da experiência de seus atores e espectadores.

c) Enfim, há uma pluralidade de gramáticas do eu, do tu e do nós, de maneiras de fazer os coletivos e de representar os coletivos – que mudam de uma sociedade civil e política para outra. Quando se fala em arenas públicas, estamos no direito de imaginar um espaço acessível a todos, sem restrição, e não apropriável, em oposição a um espaço comunitário, em que os atores aparecem uns para os outros e se revelam, se descobrem e se transformam arriscando sua exposição pública. Pode-se ainda conceber um “lugar da ação coletiva” (QUÉRÉ, 1992, 1995 e 1996; JOSEPH, 2007), onde as condições transcendentais de igualdade e de pluralidade são mais ou menos respeitadas e cujos protagonistas lutam visando o bem público, em nome do interesse geral. Contudo, as coisas são sensivelmente mais complicadas nos fatos. Se não pretendemos estigmatizar o particularismo, o corporativismo ou o comunitarismo das ações coletivas, nos mundos russos, chineses ou brasileiros, ou simplesmente nos mundos profissionais, étnicos ou religiosos, ao lado de casa, é necessário seguir minuciosamente, sem *a priori* normativo, os encadeamentos de atividades que conduzem à formação de coletivos, de problemas e de causas. As dinâmicas de “mobilização”, correlativas a dinâmicas de “problematização” e de “publicização”, põem em prática regimes de ação e de justificação cuja comensurabilidade não depende de si próprios. As categorias do privado, do comum e do público, do pessoal e do político não são exportáveis enquanto tais, e quando parecem ser, podem esconder falsos cognatos⁷. Um exemplo dentre muitos outros que impõe prudência metodológica: o uso da expressão “organizações comunitárias”, comum a Estados Unidos, Québec e Brasil, remete a modalidades de “estar junto”, de identificar indivíduos e de se associar em coletivos, de fazer o comum, de transigir com poderes, de carregar interesses, de se referir a direitos, de pedir e prestar contas, que têm pouco a ver umas com as outras. Todas as pesquisas sobre a constituição de uma “sociedade civil mundial”, que somam organizações associativas de todos os tipos no intuito de medir e comparar os “setores terciários” de diferentes países, passam por cima dessas distinções gramaticais – e terminam por misturar alhos com bugalhos. A investigação deve cultivar uma sensibilidade

7 Thévenot se engajou nesse tipo de programa de comparação com a Rússia e os Estados Unidos: ver o resultado de uma cooperação de pesquisadores franceses e americanos em Lamont e Thévenot (2000). Entretanto, todos os trabalhos de antropologia, sociologia ou política comparada se chocam com os mesmos problemas de tradução.

interpretativa e pragmática aos idiomas do engajamento e aos dispositivos políticos, jurídicos, institucionais, teológicos e administrativos aos quais faz referência, todos de grande heterogeneidade. Em contraponto, deve ser empreendida como fez Lichterman (1996), ao se debruçar sobre as formas terapêutica ou religiosa da “política pessoal” nos Estados Unidos, ou como fez Gonzalez (2009), em seu trabalho sobre os processos de individuação e comunitarização nas mobilizações evangélicas na Suíça, ou seja, fazendo aparecerem figuras variadas da pessoa e de seus direitos, partilhas entre o que é do domínio do público e do privado, e modos de conceber a comunidade – cidadãos, habitantes ou crentes. Essa abordagem gramatical nos torna sensíveis à multiplicidade do que provoca “interesse” em uma ação coletiva: o que mantém juntas as pessoas, ao que elas se prendem e o que as faz se prenderem.

Romper com uma visão instrumental e estratégica da cultura pública e da experiência coletiva

Para iniciar, passemos rapidamente pela rejeição, nos anos 1970, da questão do sentido, central nos estudos de comportamento coletivo (*collective behavior*) dos herdeiros da tradição de Chicago, atentos aos símbolos, imagens, identidades e emoções (CEFAI, 2007). O fetichismo de um *homo oeconomicus* tinha então posto em curto-circuito toda dimensão cultural – que parecia o privilégio dos “europeus”, Alain Touraine, Claus Offe ou Alberto Melucci. Essa discussão reapareceu nos anos 1980 nos Estados Unidos e um domínio da sociologia cultural (*cultural sociology*) se desenvolveu. Para alguns, é o caso de descobrir “estruturas culturais”, seguindo a via de Durkheim ou Parsons (Alexander) ou de Bourdieu (DiMaggio ou Lamont). Para outros, por vezes os mesmos, é uma concepção estratégica da cultura como caixa de ferramentas (Swidler) que permitiu contrariar as visões excessivamente deterministas do culturalismo. Mas é a *frame analysis* de Snow e seus orientandos que conquistou um lugar importante no estudo dos movimentos sociais – ao preço de uma transformação da noção goffmaniana de “quadro” (*frame*) em repertório de

recursos cognitivos, no qual os líderes de organizações vão vasculhar para montar estratégias de comunicação no jogo de suas alianças e oposições (CEFAI, 2001, 2002 e 2007). Essa visão das coisas suscitou uma polêmica no âmbito do estudo dos movimentos sociais, do qual um dos pontos culminantes foi o artigo de Jasper e Goodwin (1999) que atacava abertamente os atalhos estruturais e estratégicos das teorias da mobilização de recursos e do processo político. Desde então, muitas perspectivas de pesquisa surgiram, recorrendo a noções tomadas de empréstimo à narratologia, à dialógica ou à retórica. Mais recentemente, Eliasoph e Lichterman (2003) desenvolveram uma conceituação mais situada da cultura, como fábrica de sentido na ação e na interação, e entraram em diálogo com os trabalhos franceses de sociologia pragmática.

Além dessas análises, podemos igualmente tentar, em uma perspectiva pragmatista, forjar um conceito de experiência que inclua as dimensões da afetividade e da sensibilidade, da memória, da imaginação e do projeto. A experiência é com frequência indevidamente recolhida no polo “subjetivo” da ação. Porém, segundo James (2007), ela precede à bifurcação entre sujeito e objeto, e é, segundo Dewey (1993), uma transação entre organismos e entre esses organismos e seu meio, que tem valor de uma *operação de prova*: ela transforma simultaneamente a situação que é submetida à comprovação e os sujeitos a ela submetidos. A experiência é *tida* em um misto de sofrer e agir (QUÉRÉ, 2003). Nossa hipótese é que o desafio principal de muitas mobilizações coletivas é o de engajar o devir coletivo e público de um fluxo de experiência. Quando Dewey (2003) descreve a emergência do *coletivo de exploradores, investigadores e experimentadores* que forma um *público*, faz referência a essa dimensão experiencial, indissociavelmente afetiva, cognitiva e normativa, ancorada no presente, mas abrindo para horizontes de passado e presente, em que convicções “pessoais” vão se formar, se reforçar e se exprimir em um processo de “coletivização” e de “publicização” de um caso, de um problema ou de uma causa. A experiência coletiva e pública decorrente não é a soma ou integração de uma série de experiências individuais e privadas. O próprio de uma mobilização não totalmente rotineira é que

ela abala o consenso presumido da experiência do senso comum e põe à prova a atitude natural dos indivíduos que a compõem. Ela deve então produzir os termos de sua inteligibilidade e de sua legitimidade para os auditórios aos quais se endereça, para os membros que a compõem e para os adversários contra os quais luta. A constituição de um desafio de mobilização, de protesto e de conflito acompanha a articulação de uma arena pública, para onde apontam os atores coletivos e onde emergem novos universos de sentido – senso comum, mesmo se controverso.

O que isso quer dizer mais precisamente? Quando “indivíduos” se fazem “consumidores”, “habitantes” ou “cidadãos”, “mulheres”, “desempregados” ou “imigrantes ilegais”, por meio de suas denúncias e reivindicações, devem prestar contas (*account*) do que fazem, de por que o fazem e em vista do quê o fazem. Certo número de ativistas trabalharam na constituição de uma linguagem comum, na enunciação de repertórios de identidade coletiva e na confecção de modos de engajamento público. A tarefa das primeiras feministas foi, assim, descobrir pontos comuns à situação das mulheres, conferir a disputas privadas um alcance público e converter mal-estares pessoais em causas coletivas. As ativistas que vêm em seguida não inventam abruptamente os papéis que desempenham, mas habitam universos de sentidos que lhes são legados, reorganizando-os em favor dos novos desafios que se apresentam. Da mesma forma, pode-se identificar os conflitos com alguns elementos do movimento dos imigrantes ilegais, porque eles reativam uma experiência coletiva e pública sedimentada nas ações precedentes. Eles remanejam essa experiência nas provas das peripécias da ação em curso, aumentam-na por meio de pesquisas, experimentações e discussões, enriquecem-na com esforços analíticos ou estéticos, inventando novos formatos de ação se houver necessidade. O que chamamos de “cultura pública”⁸ é o fundo comum que dá forma e material às mobilizações coletivas. Essa cultura pública pode entrar em hibernação ou “transbordar” de um movimento a outro (TAYLOR, 2005) – mais especificamente, ser transmitida e aprendida, retomada e distorcida, aplicada e recriada, desvia-

8 Essa noção de “cultura pública” tem significado diferente do que foi apresentado por Gusfield (2009 [1981]), que conduz uma análise ritual e mitológica da ciência e do direito à maneira de Kenneth Burke e Victor Turner. Nosso fio condutor é a questão das condições de possibilidade da experiência democrática e republicana.

da ou santificada, apropriada e reinvestida de um novo sentido. Ela se realiza em um trabalho de cooperação e de competição em que, correlativamente à defesa de seus interesses e à reivindicação de seus direitos, atores deliberam racionalmente e razoavelmente, configuram explicações e interpretações, mas também exprimem e simbolizam emoções, projetam imaginários e utopias.

A ação coletiva se organiza, então, organizando seus ambientes. E produz, simultaneamente, critérios de experiência que vão permitir a seus atores que se orientem, compreendam o que fazem e o que as circunstâncias fazem deles. Desse modo, controlam tanto mal quanto bem as situações com que têm que lidar, mediando processos de investigação, de experimentação e deliberação; e pilotam as operações de coordenação com seus parceiros e seus adversários, em um espectro que vai do uso da força à persuasão. Uma ação coletiva é uma *arquitetura móvel de contextos de sentido*, mais ou menos próximos ou distantes, privados ou públicos, pessoais ou típicos, que articulam diferentes grandezas de escala espacial e temporal e que são percebidos pelos atores como acessíveis a suas interações ou coercitivos como “sistemas” ou “destinos”. Essa perspectiva de sociologia compreensiva não se coloca “contra” as análises estruturais, da mesma forma que não negligencia as pesquisas macrosociológicas sobre diferentes instâncias de poder ou as pesquisas macro-históricas sobre processos de *longue durée*. Ela se esforça em reenquadrá-los do ponto de vista dos atores, se assegurando de que possuem pertinência em seus contextos de experiência. Por vezes consegue fazer aparecer dilemas da ação racional, efeitos de agregação de estratégias, janelas de oportunidade política, frentes entre blocos de redes ou tensões entre lógicas de organização, cujos atores, longe disso, não são conscientes.

Porém, o sentido que os atores agregam a suas próprias ações, para falar como Weber, ou a definição dos atores para suas próprias situações, para falar como Thomas, continua como o campo último do sociólogo. É o corrimão mais seguro contra as projeções teóricas ou ideológicas. As perspectivas do pesquisador devem ser devedoras em relação às dos atores.

Essas atividades de fazer sentido não são, então, inventadas a cada vez. Elas têm um caráter típico, em parte fixado pela instituição, o direito e o decoro, e em parte ajustado por um jogo de prescrições e sanções mais difusas. Podemos aqui mencionar três tentativas, desenvolvidas na França, de controlar essa dimensão de tipicidade.

a) Um esforço foi realizado para livrar a compreensão das razões de agir das marcas de uma psicologia das motivações pessoais. Partindo dos estudos de Burke (1945) e de Wright Mills (1940) sobre o caráter situado e público das razões e motivos e os encadeando a reflexões etnometodológicas sobre os *accounts* e wittgensteinianas sobre as descrições (TROM, 2001; OGIEN, 2007), foi repensado o estatuto dos materiais discursivos aos quais o pesquisador tem acesso. Os motivos não são impulsos íntimos, mas maneiras típicas de dizer o que se quer fazer ou o que se fez, em contextos de variados graus de publicidade. A compreensão não se exerce em atitudes e opiniões que os atores operariam em seu foro interior, mas em justificações, em releituras ou em anúncios que organizam a experiência que os atores têm da situação e de suas “intenções” respectivas. Os motivos são atos de enunciação em público que reordenam a ordem da interação.

b) No mesmo filão, outros exploraram gramáticas do falar em público e agir em público. As performances dos atores devem respeitar na prática certo número de “condições de felicidade” para serem recebíveis – inteligíveis e aceitáveis – junto aos seus destinatários, seus aliados e adversários (BOLTANSKI, 1984; TROM, 1999; CARDON e HEURTIN, 1999; LEMIEUX, 2009). Seguir essas regras do jogo não abole o caráter aberto, indexical e temporal das atividades de fazer sentido – o “fazer coletivo” pode fazer fogo de qualquer lenha, abrindo oportunidades e agarrando as circunstâncias, às vezes com grande inventividade. Porém, essas pressões gramaticais – por exemplo, os “regimes da crítica, da opinião e da partilha” (CARDON, HEURTIN e LEMIEUX, 1995) – se não levadas em conta, conduzem à desqualificação de uma denúncia ou ao descrédito de uma reivindicação pelo público. Elas tratam tanto da pertinência dos tópicos de engajamento quanto da adequação de papéis de participação e da correção das fórmulas de expressão (BERGER, 2009).

c) Outros, enfim, pesquisaram elementos de reflexão na dramaturgia, na retórica e na narratologia da ação coletiva, onde Danto e Ricœur, Goffman, Turner e Gusfield, Burke, White e Perelman foram referências maiores (GUSFIELD, 2009; RICCEUR, 1983). Os atores buscam nesses repertórios dramáticos de performances, retóricas de *topoi* e narrativas (CEFAI, 2009), com o que dar forma a suas atividades de crítica, denúncia e reivindicação. Essas modalidades de representação, por meio de argumentos e narrativas, comandam maneiras típicas de atuar, de persuadir e de contar diante de públicos. Trata-se, mais uma vez, de atos de publicização que, além de moldarem os meios de pertinência, as paisagens de experiência e as perspectivas de ação dos protagonistas, se oferecem à aprovação ou à crítica dos públicos.

Contudo, a identificação dessas três maneiras típicas de “aplicar as formas” – vocabulários de motivos, gramáticas do falar em público, repertórios dramáticos, retóricas e narrativas – não esgota a reflexão sobre o processo de publicização da ação coletiva. Duas temáticas estão hoje na ponta da reflexão nesse domínio, e não por acaso: a afetividade e a temporalidade são, sem dúvida, as questões mais exigentes, tanto do ponto de vista de sua conceitualização, verdadeiro quebra-cabeças filosófico, quanto do ajuste de dispositivos de pesquisa. Em que uma abordagem pragmata pode, mais uma vez, nos ser útil?

A *afetividade*, inicialmente. Durante muito tempo, as críticas da análise racional e da análise estrutural foram limitadas à defesa das temáticas da “cultura” e da “identidade”. Porém, as emoções da ação coletiva foram ainda mais negligenciadas. Recentemente, elas retornaram com força no ambiente das pesquisas (GOODWIN *et al.*, 2001). Com grande frequência, infelizmente, por meio do esquema da manipulação de aparências – a *impression management* – em estratégias de comunicação pública, de organização de reuniões ou de comunicações a auditórios. A questão já havia sido levantada na França, do ponto de vista teórico, por autores como Livet (2002) e Thévenot (1994, 1997) ou Paperman e Ogien (1995), que tinham dado um passo além da oposição entre razão e paixão, cognição e afeição. Essa questão havia sido levantada bem antes ainda, quan-

do Park convidava a uma meteorologia das atmosferas públicas, com suas variações climáticas e seus movimentos barométricos, ligando essa preocupação pela *Stimmung* à investigação da opinião pública e do comportamento coletivo. No lugar de técnicas de gestão dos sentimentos alheios, as paixões e afetos reencontram sua dimensão do “*estar passível a eventos*” (QUÉRÉ, 2003) ou de *afeição* por situações (CEFAÏ e LAFAYE, 2001): emoção, mal-estar ou pânico, euforia, asco ou entusiasmo, que tocam a moral, as afetividades e as sensibilidades coletivas, *in situ*. O sentido do bem, do direito e da justiça, o sentido da honra, a paixão pela igualdade ou o ódio de classe são, antes de tudo, *sentimentos morais*. Toda mobilização coletiva é pontuada por experiências de indignação e revolta, solidariedade ou debandada, alegria ou decepção – a própria apatia não existe sem *pathos*. As emoções, mantendo-se fechadas em um círculo privado ou buscando um alcance coletivo e uma ressonância pública, são o que há de mais difícil em descrever: a soberba ridicularizada, a sede de vingança, a preocupação com a verdade, o desejo de liberdade, o orgulho nacional, o ódio racial... e, ainda mais simplesmente, as manifestações expressivas em dadas situações, com tudo que podem ter de imperceptível. A etnografia deve então ganhar uma qualidade literária, sem, no entanto, renunciar à disciplina da observação e da descrição. Breviglieri (2009) é talvez o mais sensível a algumas dessas situações de pôr à prova afetivas.

Mais radicalmente, não se trata simplesmente de reabilitar um “objeto” até então negligenciado pela pesquisa ou pela análise, mas de transformar a definição da ação coletiva. A afetividade não é um tema entre outros. Ela é o que faz com que haja experiência, tanto perceptiva quanto cognitiva ou moral. Não é uma coloração de estados de fato ou de estados de consciência. Ela é o que garante nosso contato com os outros e com as coisas, e o que mantém unidas as situações nos situando nelas. A ação coletiva não está toda no agir, mas também no *sofrer e no compartilhar*. Ela tem uma dimensão de afeição e paixão coletiva. Mais do que serem propulsados em direção a um ponto estratégico, os membros que se engajam são afetados por situações em que contribuem para definir e dominar; eles são

“passíveis”, expostos a eventos que os abalam e os tiram da rota, remanejando seus critérios de compreensão e reorganizando seus horizontes de inteligibilidade. Aquém das estratégias racionais ou das determinações estruturais, a ação coletiva se deixa abalar pelos eventos, que por vezes só afetam particulares, mas podem ganhar outra amplitude e concernir a pessoas bem distantes daquelas que são diretamente tocadas (DEWEY, 2003), levando-as a formar uma experiência comum, a se indignarem em conjunto e a se mobilizarem em público. Essas dinâmicas de rearticulação dos campos de experiência e dos horizontes de expectativa (KOSELLECK, 1997) alteram o sentido do que é “capital”, “recurso”, “coerção” ou “oportunidade”. Uma boa explicação compreensiva não pode fazer malabarismos com essas categorias como se fossem portadoras de um sentido estável, com validade transituacional. Elas levam em conta a gramática da ação, engajam disposições de atores e dispositivos de ação. Requerem regimes de experiência. O termo experiência pode aqui ser entendido de três maneiras, nas quais a cada vez nos encontramos afetados de modo diferente: a) a experiência como prova *estética*: os sentidos afetivos (*pathos*) e estéticos (*aisthesis*) são o que, abaixo das argumentações e dos julgamentos, nos dão acesso ao mundo, articulações da experiência que fazem com que estejamos em contato direto e ativo com as situações porque elas nos “tomam”; b) a experiência como *experimentação prática*: o reconhecimento do real é provado pelos testes que podemos submeter às situações e pelos resultados aos quais nós devemos nos submeter, fazendo crescer nossa capacidade de ação e nos dobrando a uma realidade transcendente; e c) a experiência como *troca interativa*: nosso acesso à verdade, ao bem e ao direito nunca é solitário, passa por interações com os outros e com as coisas, via processos de cooperação e de comunicação, que por vezes tomam a forma de verdadeiras deliberações, em que nos expomos aos pontos de vista dos outros. Nossa experiência do engajamento tem uma dimensão sensual, experimental e interacional. E as categorias de ação coletiva (capital, recurso, coerção, oportunidade...) precisam a cada vez ser recapturadas a partir de sua base nos contextos de sentido dos atores.

A *temporalidade*, em seguida. A pesquisa deve se sensibilizar à emergência temporal das ações coletivas. Ela deve escolher terrenos que lhe assegurem o acesso a tais corpos de materiais. Muitas linhas de pesquisa já seguiram nessa direção. Podem tratar de trajetórias biográficas, de pessoas ou de organizações: Fillieule (2001, 2005) se engajou na criação de um programa de investigação tentando casar a análise de bandos etários em organizações e a análise de trajetórias de engajamento e desengajamento. Jasper (1997), sobre os tocadores de alarme nas indústrias de risco, ou Auyero (2003), sobre uma *piquetera* na Patagônia e uma revolta em Santiago (Chile), também recolocaram os acidentes da experiência moral, encarnada em cursos existenciais, no coração da mobilização. Em um livro crucial, pouco lido pelos sociólogos, sobre as trajetórias de operários de um bairro de Turim, Gribaudi (1987) seguiu bandos de amigos e parentes de várias gerações, reinscrevendo-os em relação a projetos familiares e pessoais de migração urbana e ascensão social e reconstituindo suas redes egocentradas: a passagem do comunismo ao fascismo é explicada a partir de escolhas biográficas em ambientes políticos em mutação. Esse modelo de fluxo e de estratos de experiência que se entrecruzam, correlativamente a provas, sucessivas ou simultâneas, de socialização, poderia enriquecer a análise biográfica das mobilizações.

Mais uma vez, as abordagens pragmáticas e pragmatistas abriram alguns canteiros de obra. A atenção foi transferida dessas carreiras pessoais ou organizacionais para carreiras de problemas públicos, em torno dos quais se articulam diferentes configurações de arenas públicas. Chateauraynaud e Torny (1999) fazem-no à sua maneira, quando examinam os dossiês sobre prions, sobre amianto e sobre energia nuclear. Eles constituem, assim, séries longitudinais de arquivos que analisam, em seguida, por meio dos *softwares* Prospero ou Marlowe. Terzi (2003), por sua vez, trabalhou – sem tratamento computacional – sobre um enorme material de imprensa a respeito do caso da espoliação do dinheiro dos judeus na Suíça durante a Segunda Guerra Mundial. Ele se ateu exclusivamente, pondo entre parênteses todo o empreendimento de história social, a dar conta da dinâmica interna da controvérsia,

da organização de sequências de reformulação e de disputa, de emergência de novas categorias e intrigas (TERZI e BOVET, 2005) – mostrando a constituição desse caso público durante muitas décadas. Outros trabalhos fundados na pesquisa etnográfica, tanto quanto na pesquisa em documentos ou entrevistas, igualmente restituíram a gênese das arenas públicas, em toda a sua complexidade: o de Lolive (1997 e 1999) sobre as contestações contra o TGV Mediterrâneo, ou o de Dodier (2003) sobre a história das mobilizações em torno da epidemia da AIDS. Mas a temporalidade pode ainda estar desconectada do suporte biográfico das pessoas e da média duração dos casos públicos. A curto prazo, a pesquisa pode seguir a temporalidade de momentos de prova que provocam mobilizações repentinas – sejam eventos como a profanação do cemitério de Carpentras (BARTHÉLÉMY, 1992) ou de disputas, como os casos Calas e do Chevalier de la Barre (CLAVERIE, 1994 e 1998). Ela pode ainda tomar a forma das controvérsias que estudantes da École des Mines e da Science-Po pesquisam atualmente, seguindo os passos do empreendimento de Latour desde seu estudo sobre a “pasteurização da França” (LATOURE, 1984) – com a análise dos dispositivos de ação pública, um novo cruzamento entre as concepções de sociologia das organizações, das cidades de justificação e das ciências e das técnicas (LOLIVE, 1999).

O reconhecimento da passividade dos atores e o rearmamento de suas capacidades morais e políticas permitiram repatriar nas ciências sociais a questão da *razão prática*, ao encontro de uma concepção estreita da estratégia. A questão da temporalidade das ações coletivas não se “constrói” somente por meio de mapas (QUÉRÉ e PHARO, 1990; LADRIÈRE *et al.*, 1993). Ela se faz navegando visualmente na grande confusão, esforçando-se para ligar as contingências que lhe acontecem e às quais é submetida, tentando retraçar e relançar linhas de ação, enfrentando situações que lhe fogem do domínio. E ela não é simplesmente uma questão de referencial cognitivo no mundo: é atravessada por provas de direito e de dever, de obrigação e de responsabilidade, em relação a humanos e não humanos – deuses ou animais, lugares ou coisas. Além do mais, ela se desdobra temporalmen-

te, o que significa que a dissecação da ação coletiva em elementos, estruturais ou conjunturais, não nos entrega seu segredo. Algumas vezes ela é vivida como uma rotina que segue seu ritmo médio, outras na figura do evento que irrompe e que é preciso enfrentar. O curso da ação não é uniforme. Ele é semeado de arapucas, interrompido por peripécias e giros imprevisíveis, é exposto a maquinações e armadilhas, é relançado por manobras e projetos. Com frequência toma direções imprevistas, sai do rumo das expectativas de seus agentes, bifurca-se em várias possibilidades, impõe que se pesem prós e contras. Dá a impressão de se acelerar sem permitir tempo de reflexão ou de, ao contrário, promover o aprisionamento em uma armadilha sem saída. Adquire a aparência de uma avenida ou, ao contrário, a de um impasse. Recorrendo às virtudes antigas da coragem (*virtú*), da inteligência situada (*metis*) e da prudência prática (*phronesis*), aqueles que portam e dão suporte à ação coletiva podem aproveitar sua chance, influir no destino em sua boa ou sua má sorte, desvelar no existente o horizonte do possível, sabendo que nunca anteciparão completamente o efeito do que empreendem. O preço da liberdade de agir repousa na imprevisibilidade de seus resultados e de suas consequências – o que cada vez mais constata pesquisas sobre os movimentos sociais (GIUGNI et al., 1999). E o *savoir-faire* dos líderes de organizações reside talvez tanto nessa arte do julgamento prático quanto na tecnologia da gestão.

Esses diferentes elementos perturbam a compreensão que podemos ter do que está em jogo em uma ação coletiva, para além do jogo de forças e interesses: um *sentido da realidade, do direito e da justiça* (COTTEREAU, 1992, 1999). A entrada principal no campo é então a da experiência, particular, coletiva e pública. A existência de uma “cultura pública”, que emerge por meio do trabalho de mobilização e que, além dele, se estabiliza em certo número de mediações convencionais e institucionais, autoriza a constituição de uma experiência coletiva e o exercício de um julgamento de senso comum. A “cultura pública” não é mais somente uma “caixa de ferramentas”: ela prearticula as estruturas de

horizonte da vida coletiva, fornece-lhe seus materiais de experiência e torna possível a articulação de uma arena pública na qual estejam disponíveis os critérios do verdadeiro e do falso, do real e do imaginário, do existente e do possível, do justo e do injusto, do direito e do errado, do legítimo e do ilegítimo. A ação coletiva encontra necessariamente seus apoios nessa “cultura pública” que, sendo partilhada por seus membros, lhe fornece opções de tomada de partido, atribui lugares em arenas de batalha e indicam as boas formas expressivas. Ela pode se engajar na lógica dos grupos de pressão lobistas ou na da confrontação guerreira, em que vence o mais forte – “força” e “interesse” remetem a gramáticas do confronto e da negociação, que também têm suas regras do jogo⁹. Ela pode se aproximar de uma concepção da deliberação pública, quando a argumentação, a investigação ou a experimentação fornecem fatos e argumentos visando convencer racionalmente e razoavelmente: novas modalidades de participação de cidadãos e de cooperação com eleitos e especialistas são assim reivindicadas.

Mas a ênfase da investigação nesses modos de existência da “cultura pública” não deve nos fazer perder de vista as multiplicidades de provas da vida cotidiana e sua ressonância na experiência coletiva, em diferentes cenários públicos, que contribuem igualmente para articular a ação coletiva. Os “movimentos sociais”, pró ou contra aborto, eutanásia, biogenética, paridade entre homens e mulheres, direitos dos animais ou proteção do meio ambiente formulam suas denúncias e reivindicações se apoiando nesse pano de fundo. Assim sendo, identificam-se, coordenam-se e co-agem, além de, endereçando-se às afetividades, às sensibilidades e à compreensão de seu público, mexerem com os critérios da experiência dos “particulares”, na esfera da relação íntima ou do colóquio pessoal. Eles redefinem as situações, reelaboram visões do mundo e redesdobram convicções e identidades. Os movimentos sociais são analisadores, catalisadores e aceleradores da formação dessa “cultura pública”, e, como contraponto, do que se costumava chamar transformações de moralidade, usos e costumes.

9 As relações de força, centrais para Callon e Latour, tinham praticamente desaparecido no programa de pesquisa sobre as formas de justificação em público do GSPM, que tomava seu caminho oposto. Elas foram reintroduzidas por Boltanski e Chiapello (1999), mas as encontramos também sob outras formas em pesquisas sobre a “violência política” ou sobre as “assimetrias de tomada” (CHATEAURAYNAUD, 2006 e 2008).

À guisa de conclusão

Esperamos, com esta demasiado breve apresentação, ter dado uma ideia da fecundidade, e da pluralidade, das abordagens pragmáticas e praxeológicas, aqui enquadradas em uma perspectiva pragmatista, para o estudo da ação coletiva. Muitos perguntam, legitimamente, por que sua recepção para problematizar as mobilizações coletivas não foi maior na França (e em outros países). Várias respostas podem ser esboçadas. Inicialmente, uma representação estreita das mobilizações coletivas conduziu a que se desse ênfase aos dilemas da escolha racional ou à dinâmica dos movimentos sociais, proibindo-se que outros objetos fossem considerados – enquanto eles proliferavam, por exemplo, no âmbito da sociologia das ciências e das técnicas. Em seguida, a agenda de pesquisa ficou articulada em torno de grandes modelos. Na língua francesa, as heranças touraineana, de início, e, depois, bourdieusiana, dividiram “o filé”, enquanto, a partir dos anos 1990, o Grupo de estudos e pesquisa sobre as mutações da militância realizou na França um trabalho importante de transplante e adaptação de pesquisas “americanas”. Outra razão poderia ser que os autores aqui apresentados se preocupavam bem pouco com a recepção e a retomada de suas pesquisas no âmbito da sociologia das mobilizações coletivas: seus objetos teóricos e empíricos, seus parceiros e seus adversários de controvérsia estavam em outro lugar. No fim das contas, foi apenas recentemente que suas ideias começaram a circular mais e ser aplicadas por outros pesquisadores além de seus orientandos. Na França, essa difusão foi facilitada pelo fato de que algumas inimizades acadêmicas se atenuam com o tempo. A mudança de gerações deveria permitir que os desafios da pesquisa e da análise prevalecessem sobre as lealdades pessoais e os apegos dogmáticos.

Referências

- ARENDDT, Hannah. (1972), *Du mensonge à la violence*. Paris, Calmann-Lévy.
- AURAY, Nicolas. (2002), “De l'éthique à la politique: l'Institution d'une cité libre”. *Multitudes*, n° 8.
- AUYERO, Javier. (2003), *Contentious Lives: Two Argentine Women, Two Protests, and the Quest for Recognition*. Durham e Londres, Duke University Press.
- BARBOT, Janine. (2002), *Les malades en mouvements. La médecine et la science à l'épreuve du sida*. Paris, Balland.
- BARTHÉLÉMY, Michel. (1992), “Événement et espace public: l'Affaire Carpentras”. *Quaderni*, n° 18, p. 125-140.
- BERGER, Mathieu. (2009), “Répondre en citoyen ordinaire: Enquête sur les 'engagements profanes' dans un dispositif d'urbanisme participatif à Bruxelles”. Tese (doutorado), Bruxelas, Université Libre de Bruxelles.
- BOLTANSKI, Luc. (1990 [1984]), “La dénonciation publique”, Em: *L'Amour et la justice comme compétences*. Paris, Métailié.
- _____. (1993), *La Souffrance à distance: Morale humanitaire, médias et politique*. Paris, Métailié.
- _____. [e] THÉVENOT, Laurent. (1991), *De la justification: Les économies de la grandeur*. Paris, Gallimard.
- _____. [e] CHIAPELLO, Éve (1999), *Le nouvel esprit du capitalisme*. Paris, Gallimard.
- BREVIGLIERI, Marc. (2009), “L'insupportable: L'excès de proximité, l'atteinte à l'autonomie et le sentiment de violation du privé”. Em: BREVIGLIERI, Marc, Claudette Lafaye [e] Daniel Trom (orgs.). *Compétences critiques et sens de la justice*. Paris, Economica.

BURKE, Kenneth. (1945), "Introduction: The five key terms of dramatism". Em: *A Grammar of Motives*. Berkeley, University of California Press, pp. xv-xxiii.

CALLON, Michel. (1986), "Éléments pour une sociologie de la traduction: La domestication des coquilles Saint-Jacques dans la Baie de Saint-Brieuc". *L'Année sociologique*, n° 36, pp. 169-208.

_____. [e] RABEHARISOA, Vololona. (1999), *Le pouvoir des malades: L'Association française contre les myopathies et la recherche*. Paris, Presses de l'École des Mines.

_____, LASCOUMES, Pierre [e] BARTHE, Yannick. (2001), *Agir dans un monde incertain: Essais sur la démocratie technique*. Paris, Seuil.

CARDON, Dominique [e] HEURTIN, Jean-Philippe. (1999), "La critique en régime d'impuissance: Une lecture des indignations des auditeurs de France-Inter", Em: FRANÇOIS, Bastien [e] Érik Neveu (orgs.). *Espaces publics mosaïques. Transformations de l'espace public*. Rennes, PUR.

CARDON, Dominique, HEURTIN, Jean-Philippe [e] LEMIEUX, Cyril. (1995), "Parler en public". *Politix*, n° 31, pp. 5-19.

CEFAÏ, Daniel. (2001), "Les cadres de l'action collective: Définitions et problèmes". Em: CEFAÏ, Daniel [e] Danny Trom. *Les formes de l'action collective: Mobilisations dans des arènes publiques*. Paris, Editions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, pp. 51-97.

_____. (2002), "Qu'est-ce qu'une arène publique? Quelques pistes pour une approche pragmatiste", Em: CEFAÏ, Daniel [e] Isaac Joseph. *L'Héritage du pragmatisme: Conflits d'urbanité et épreuves de civisme*. Paris, Éditions de l'Aube, pp. 51-82.

_____. (2007), *Pourquoi se mobilise-t-on? Les théories de l'action collective*. Paris, La Découverte.

_____. (2009), “Boire ou conduire, il faut choisir! La fabrique des problèmes publics”, posfácio a GUSFIELD, Joseph. La culture des problèmes publics. Paris, Economica, pp. 219-318.

_____ [e] JOSEPH, Isaac (orgs.). (2002), L'Héritage du pragmatisme. Paris, Éditions de l'Aube.

_____ [e] TROM, Danny (orgs.). (2001), Les formes de l'action collective: Mobilisations dans des arènes publiques. Paris, Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales.

_____ [e] LAFAYE, Claudette. (2001), “Lieux et moments d'une mobilisation collective: Le cas d'une association de quartier”. Em: CEFAÏ, Daniel [e] Danny Trom. Les formes de l'action collective: Mobilisations dans des arènes publiques. Paris, Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, pp. 195-228.

CHATEAURAYNAUD, Francis. (2006), “Les asymétries de prise: Des formes de pouvoir dans un monde en réseaux”. Paris, GSPR-EHESS.

_____. (2008), “Des disputes ordinaires à la violence politique: L'analyse des controverses et la sociologie des conflits”. Paris, GSPR-EHESS.

_____ [e] TORNAY, Didier. (1999), Les sombres précurseurs: Une sociologie pragmatique de l'alerte et du risque. Paris, Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales.

CLAVERIE, Élisabeth. (1994), “Procès, affaire, cause: Voltaire et l'innovation critique”. *Politix*, n° 26, pp. 76-86.

_____. (1998), “La naissance d'une forme politique: l'Affaire du Chevalier de la Barre”. Em: ROUSSIN, Philippe (org.). *Critique et affaires de blasphème à l'époque des Lumières*. Paris, Honoré Champion.

CLEMENS, Elisabeth. (1997), *The people's lobby: Organizational innovation and the rise of interest group politics in the United States – 1890-1925*. Chicago, University of Chicago Press.

CONEIN, Bernard [e] THÉVENOT, Laurent (orgs.). (1997), *Cognition et information en société*. Paris, Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales.

CORCUFF, Philippe. (1991), *Constructions du mouvement ouvrier: Activités cognitives, pratiques unificatrices et conflits dans un syndicat de cheminots*. Tese (doutorado), École des Hautes Études en Sciences Sociales.

COTTEREAU, Alain. (1992), "Esprit public et capacité de juger: La stabilisation d'un espace public en France aux lendemains de la Révolution". Em: COTTEREAU, Alain [e] Paul Ladrière (orgs.). *Pouvoir et légitimité*. Paris, Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, pp. 239-273.

_____. (1999), "Dénis de justice, dénis de réalité: Remarques sur la réalité sociale et sa dénégation". Em DULONG, Renaud [e] Pascale Gruson (orgs.). *L'Expérience du déni*. Paris, Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, pp. 159-178.

DE MUNCK, Jean [e] ZIMMERMANN, Bénédicte. (2009), *La liberté au prisme des capacités*. Paris, Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales.

DEWEY, John. (1993 [1938]), *Logique: La théorie de l'enquête*. Paris, PUF.

_____. (2003 [1927]), *Le public et ses problèmes*. Pau, Publications de l'Université de Pau/Tours/Farrago/Leo Scheer.

DIANI, Mario. (1992), "The concept of social movement". *Sociological Review*, n° 40, pp. 1-25.

_____ [e] McADAM, Doug (orgs.). (2003), *Social Movements and Networks*. Oxford, Oxford University Press.

DODIER, Nicolas. (1991), "Agir dans plusieurs mondes". *Critique*, n°s 529-530, pp. 428-458.

_____. (1993), "Les appuis conventionnels de l'action: Éléments de pragmatique sociologique". *Réseaux*, n° 62, pp. 65-85.

- _____. (1995), *Les hommes et les machines: La conscience collective dans les sociétés technicisées*. Paris, Éditions Métailié.
- _____. (2003), *Leçons politiques de l'épidémie de sida*. Paris, Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales.
- DOIDY, Éric. (2002), *La vulnérabilité du sujet politique: Régimes de proximité dans les arènes d'engagement public*. Tese (doutorado), École des Hautes Études en Sciences Sociales.
- DUPUY, Jean-Pierre [e] LIVET, Pierre (orgs.). (1997), *Les limites de la rationalité: Rationalité, éthique et cognition*. Paris, La Découverte.
- ELIASOPH, Nina [e] LICHTERMAN, Paul. (2003), "Culture in interaction". *American Journal of Sociology*, Vol. 4, n° 108, pp. 735-794.
- EMIRBAYER, Mustafa [e] GOODWIN, Jeff. (1994), "Network analysis, culture, and the problem of agency". *American Journal of Sociology*, Vol. 99, n° 6, pp. 1411-1454.
- FILLIEULE, Olivier. (2001), "Post-scriptum: Propositions pour une analyse processuelle de l'engagement individuel". *Revue Française de Science Politique*, Vol. 51, n°s 1-2, pp. 199-217.
- _____. (2005), "Temps biographique, temps social et variabilité des rétributions". Em: FILLIEULE, Olivier (org.). *Le désengagement militant*. Paris, Belin, pp. 17-47.
- FOLLETT, Mary Parker. (1998 [1918]), *The new state: Group organisation, the solution of popular government*. Filadélfia, Pennsylvania University Press.
- FRIEDBERG, Erhard. (1992), "Les quatre dimensions de l'action organisée". *Revue Française de Sociologie*, Vol. 33, n° 4, pp. 531-557.
- GARFINKEL, Harold. (2007 [1967]), *Recherches en ethnométhodologie*. Paris, PUF.

- GIUGNI, Marco, MCADAM, Doug [e] TILLY, Charles (orgs.). (1999), *How social movements matter*. Minneapolis, University of Minnesota Press.
- GOFFMAN, Erving. (1991 [1974]), *Les cadres de l'expérience*. Paris, Minuit.
- GONZALEZ, Philippe. (2009), *Voix des textes, voies des corps: Une sociologie du protestantisme évangélique*, Tese (doutorado), Université de Fribourg/École des Hautes Études en Sciences Sociales.
- GOODWIN, Jeff [e] JASPER, James M. (2004 [1999]), "Caught in a Winding, Snarling Vine: The Structural Bias of Political Process Theory". Em: GOODWIN, Jeff [e] James M. Jasper (orgs.). *Rethinking Social Movement: Structure, Meaning, and Emotion*. Lanham, Rowman and Littlefield, pp. 3-30.
- GOODWIN, Jeff, JASPER, James M. [e] POLLETTA, Francesca (orgs.). (2001), *Passionate politics: Emotions and social movements*. Chicago, University of Chicago Press.
- GRIBAUDI, Maurizio. (1987), *Itinéraires ouvriers: Espaces et groupes sociaux à Turin au début du XXe siècle*. Paris, Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales.
- GUSFIELD, Joseph. (1981), "Social Movements and Social Change: Perspectives on Linearity and Fluidity". Em: KRIESBERG, Louis (org.). *Social Movements, Conflict, and Change*, n° 4, pp. 317-339.
- _____. (2009 [1981]), *La culture des problèmes publics*. Paris, Economica.
- HABERMAS, Jürgen. (1987), *Théorie de l'agir communicationnel*, tome 1: Rationnalité de l'action et rationalisation de la société. Paris, Fayard.
- ION, Jacques. (2001), *L'Engagement au pluriel*. Saint-Étienne, Presses de l'Université de Saint-Étienne.
- JAMES William. (2007 [1912]). *Essais d'empirisme radical*. Paris, Flammarion.

- JASPER, James. (1997), *The Art of Moral Protest: Culture, Biography, and Creativity in Social Movements*. Chicago, University of Chicago Press.
- _____. (2006), *Getting your Way*. Chicago, University of Chicago Press.
- JOSEPH, Isaac. (2007), *L'Athlète moral et l'enquêteur modeste*. Paris, Economica.
- KOSELLECK, Reinhart. (1997), *L'Expérience de l'histoire*. Paris, Gallimard/Seuil.
- LADRIÈRE, Paul, PHARO, Patrick [e] QUÉRÉ, Louis (orgs.). (1993), *La théorie de l'action*. Paris, Éditions du CNRS.
- LAFAYE, Claudette. (1996), *Sociologie des organisations*. Paris, Armand Colin.
- _____. (2001), "L'ancrage de proximité en politique(s): Mobilisations locales et contestations de l'action publique". *Revue de l'Institut de Sociologie, Université Libre de Bruxelles*, n° 1-4, pp. 109-112.
- LAMONT, Michèle [e] THÉVENOT, Laurent (orgs.). (2000), *Rethinking Comparative Cultural Sociology*. Cambridge/Paris, Cambridge University Press/Éditions de la MSH.
- LATOUR, Bruno. (1984), *Les microbes, guerre et paix, suivi de Irréductions*. Paris, Métailié.
- _____. (1999), *Politiques de la nature: Comment faire entrer les sciences en démocratie*. Paris, La Découverte.
- _____. (2008), "Le fantôme de l'esprit public". Em: LIPPmann, Walter. *Le public fantôme*. Paris, Demopolis, pp. 3-44.
- LEMIEUX, Cyril. (2009), *Le devoir et la grâce*. Paris, Economica.
- LICHTERMAN, Paul. (1996), *The search for political community: American activists reinventing commitment*. Nova York, Cambridge University Press.

- _____. (2005), *Elusive togetherness: Church groups trying to bridge America's divisions*. Princeton, Princeton University Press.
- LIVET, Pierre. (2002), *Émotions et rationalité morale*. Paris, PUF.
- LOLIVE, Jacques. (1997), "La montée en généralité pour sortir du Nimby: La mobilisation associative contre le TGV Méditerranée". *Politix*, n° 39, pp. 109-130.
- _____. (1999), *Les contestations du TGV Méditerranée*. Paris, L'Harmattan.
- _____. (2006), "Des forums hybrides à l'esthétisation des espaces publics". *Cahiers de Géographie du Québec*, n° 50, 140, pp. 151-171.
- McADAM, Douglas, TARROW, Sidney [e] TILLY, Charles. (2001), *Dynamics of contention*. Cambridge, Cambridge University Press.
- MEAD, George-Herbert. (2006 [1934]), *L'Esprit, le soi et la société*. Paris, PUF.
- MELUCCI, Alberto. (1996), *Challenging codes*. Cambridge, Cambridge University Press.
- MICOUD, André. (2007), "De l'expert-militant à l'être vivant sensible". *Em: Esthétique et espace public. Cosmopolitiques*, n° 15, p. 121-134.
- MISCHE, Ann. (2008), *Partisan publics: Communication and contention across Brazilian youth activist networks*. Princeton, Princeton University Press.
- OGIEN, Albert. (2007), *Les formes sociales de la pensée: La sociologie après Wittgenstein*. Paris, Armand Colin.
- ORLÉAN, André (org.). (1994), *Analyse économique des conventions*. Paris, PUF.
- PAPERMAN, Patricia [e] OGIEN, Ruwen (orgs.). (1995), *La couleur des pensées*. Paris, Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales.

PATTARONI, Luca. (2001), “Le geste moral: Perspective sociologique sur les modalités du vivre ensemble”. *Carnets de Bord*, n° 2, pp. 67-77.

_____. (2005), *Politique de la responsabilité: Promesses et limites d’un monde fondé sur l’autonomie*. Tese (doutorado), École des Hautes Études en Sciences Sociales/Université de Genève.

PHARO, Patrick. (1985), *Le civisme ordinaire*. Paris, Méridiens-Klincksieck.

POLLETTA, Francesca. (2002), *Freedom is an Endless Meeting: Democracy in American Social Movements*. Chicago, University of Chicago Press.

QUÉRÉ, Louis. (1990), “L’opinion: l’Économie du vraisemblable. Introduction à une approche praxéologique de l’opinion publique”. *Réseaux*, n° 43, pp. 33-58.

_____. (1992), “L’espace public: De la théorie politique à la métathéorie sociologique”. *Quaderni*, n° 18.

_____. (1995), “L’espace public comme forme et événement”. Em: JOSEPH, Isaac (org.). *Prendre place: Espace public et culture dramatique*. Paris, Plan Urbain, pp. 93-110.

_____. (1996), “L’espace public comme lieu de l’action collective”, *Mana*, n° 2.

_____. (2003), “La structure de l’expérience publique d’un point de vue pragmatiste”. Em: CEFALĪ, Daniel [e] Isaac Joseph (orgs.). *L’Héritage du pragmatisme: Conflits d’urbanité et épreuves du civisme*. Paris, L’Aube.

_____. (1997), “La situation toujours négligée?”. *Réseaux*, n° 85, pp. 163-192.

_____ [e] PHARO, Patrick (orgs.). (1990), *Les formes de l’action*. Paris, Éditions de l’École des Hautes Études en Sciences Sociales.

RICŒUR, Paul. (1977), “Le discours de l’action”. Em: TIFFE-NEAU, Dorian (org.). La sémantique de l’action. Paris, Éditions du CNRS, p. 3-137.

_____. (1983), Temps et récit I. Paris, Seuil.

_____. (1986), Du texte à l’action: Essais d’herméneutique II. Paris, Seuil.

ROSANVALLON, Pierre. (2006), La contre-démocratie: La politique à l’âge de la défiance. Paris, Seuil.

STAVO-DEBAUGE, Joan [e] TROM, Danny. (2004), “Le pragmatisme et son public à l’épreuve du terrain: Penser avec Dewey contre Dewey”. Em: KARSENTI, Bruno e Louis Quéré (orgs.). La croyance et l’enquête: Aux sources du pragmatisme. Paris, Éditions de l’École des Hautes Études en Sciences Sociales.

TAYLOR, Verta. (2005 [1989]), “La continuité des mouvements sociaux: La mise en veille du mouvement des femmes”. Em: FILLIEULE, Olivier (org.). Le désengagement militant. Paris, Belin, pp. 229-250.

TERZI, Cédric. (2003), Qu’avez-vous fait de l’argent des juifs? Tese (doutorado), École des Hautes Études en Sciences Sociales/Université de Fribourg.

_____ [e] BOVET, Alain. (2005), “La composante narrative des controverses politiques et médiatiques: Pour une analyse praxéologique des actions et des mobilisations collectives”. Réseaux, Vol. 132, n° 4, pp. 111-132.

THÉVENOT, Laurent. (1990), “L’action qui convient”. Em: PHARO, Patrick [e] Louis Quéré (orgs.). Les formes de l’action. Paris, Éditions de l’École des Hautes Études en Sciences Sociales, pp. 39-69.

_____. (1993), “La trame des organisations”. Em: GLOBOKAR, Tatjana (org.). Entreprise, société, communauté. Paris, Autrement.

_____. (1999), “Faire entendre une voix: Régimes d’engagement dans les mouvements sociaux”. *Mouvements*, n° 3, pp. 73-82.

_____. (2006), *L’Action au pluriel: Sociologie des régimes d’engagement*. Paris, La Découverte.

_____ [e] BREVIGLIERI, Marc (orgs.). (2010), *Politiques au regard du proche*. Paris, Economica.

TILLY, Charles. (1995), “To explain political process”. *American Journal of Sociology*, Vol. 100, n° 6, pp. 1594-1610.

_____. (2003), *The politics of collective violence*. Cambridge, Cambridge University Press.

TROM, Danny. (1999), “De la réfutation de l’effet Nimby considérée comme une pratique militante: Notes pour une approche pragmatique de l’activité revendicative”. *Revue Française de Science Politique*, n° 1, pp. 31-50.

_____. (2001), “Grammaire de la mobilisation et vocabulaires de motifs: Origines et actualité d’une perspective”. Em: CEFALĬ, Daniel [e] Danny Trom. Paris, Éditions de l’École des Hautes Études en Sciences Sociales, pp. 99-134.

_____ [e] LABORIER, Pascale (orgs.). (2003), *Historicités de l’action publique*. Paris, PUF.

WRIGHT MILLS, Charles. (1940), “Situating Actions and Vocabularies of Motive”. *American Sociological Review*, Vol. 5, n° 6, pp. 904-913.

ZASK, Joëlle. (2003), “La politique comme expérience (Introduction)”. Em: DEWEY, John. (2003 [1927]), *Le public et ses problèmes*. Pau, Publications de l’Université de Pau/Tours/Farrago/Leo Scheer.